



## “ESPERA AÍ, PAISANO” O TESTEMUNHO DE GRACILIANO RAMOS EM *VIDAS SECAS E MEMÓRIAS DO CÁRCERE*

Luís Alfredo Galeni<sup>1</sup>

**RESUMO:** Graciliano Ramos deixou relatos literários importantes sobre acontecimentos da história do Brasil durante a ditadura de Vargas. Esses relatos, revestidos do caráter literário, possuem seu valor de testemunho e de construção de memória histórica. As sociedades tendem a lançar luz sobre determinados momentos históricos e apagam outros; por tal motivo as obras *Vidas Secas* e *Memórias do Cárcere* podem ser importantes para a rememoração histórica. Apoiado no conceito de *mimesis* do crítico literário alemão Erich Auerbach, conduziremos nossa análise para a questão do testemunho individual de Graciliano Ramos, que mesmo recorrendo aos usos do subjetivo, da ação reduzida à esfera da memória e do pensamento, as duas obras – uma memorialista e a outra ficcional – não perderam em verossimilhança, pelo contrário, realçaram os contornos da realidade concreta de um período triste da história do Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Graciliano Ramos, memória histórica, testemunho.

**ABSTRACT:** Graciliano Ramos left important literary reports about events in Brazilian history during the Vargas dictatorship. These reports, clothed with the literary character, have their value as testimony and construction of historical memory. Societies tend to shed light on certain historical moments and erase others, so the books *Vidas Secas* and *Memórias do Cárcere* may be important for historical remembrance. Based on the concept of *mimesis* of the german literary critic Erich Auerbach, we will conduct our analysis to the question of the individual testimony of Graciliano Ramos, who even resorting to the uses of the subjective, of action reduced to the sphere of memory and thought, the two works - a memoirist and the other fictional - did not lose in verisimilitude, on the contrary, they emphasized the contours of the concrete reality of a sad period in the history of Brazil.

**KEYWORDS:** Graciliano Ramos, historical memory, testimony.

ERICH AUERBACH E GRACILIANO RAMOS

Erich Auerbach (1892-1957), em 1921, na sua tese de doutorado sobre

o aparecimento da novela no contexto italiano e francês da baixa idade média, afirmou que “de cada obra de arte podemos dizer que é determinada essencialmente por três fatores: a época de sua origem, o lugar, a singularidade de seu criador.” (AUERBACH, 2013. p. 17). O jovem Auerbach, ao escrever tal sentença, o fez tendo em mente a análise histórica, sociológica e estilística da novela do *Trecento* e seu desenrolar até o Renascimento na Itália e na França. A preocupação que moveu Auerbach irá acompanhá-lo por todo o seu percurso intelectual, alcançando seu ápice, mais de vinte anos depois, em sua obra maior, *Mimesis*, publicada em 1946<sup>2</sup>. A validade de sua preocupação, quando tinha apenas vinte e nove anos, não se restringia exclusivamente ao modelo de literatura novela – irá extrapolar esse gênero e contexto histórico em suas análises futuras.

É com a preocupação semelhante a de Auerbach que olharemos para Graciliano Ramos. Obviamente haverá ressalvas: não faremos comparações ao nível formal e estilístico; não será percorrida uma gama de textos de diferentes épocas e gêneros; não nos afastaremos de Graciliano. Em alguns momentos efetuaremos comparações em busca de similitudes dentro das obras de Graciliano Ramos, recorrendo da noção de realidade representada na obra literária, tal como em Auerbach fez.

Auerbach parte da noção mimética próxima da concepção aristotélica, ou seja, *mimesis* como verossimilhança entre o representado e o representante, associada à composição técnica e artística<sup>3</sup>. Assim, nos estudos do crítico alemão, *mimesis* terá uma definição espacial e temporal entre os estilos, onde o estilo é o modelo de representação traduzido na linguagem historicizada, gerando a representação da realidade, não uma realidade-em-si, mas sim uma do tipo que é exposta na obra literária (WAIZBORT, 2004, p. 85), uma forma histórica da condição humana. Esta condição, que é compreendida no transcurso histórico, repousa sobre as obras literárias, exprimindo como os homens - figuras não-transcendentes ou fixas – se viam e como viam o mundo.<sup>4</sup> Sua busca não visa à universalidade, afinal seu movimento é historicista e seus valores não são transcendentes, pois seu repousar é histórico.

Assim será o nosso ponto de partida para analisarmos a relação do testemunho e memória histórica em *Vidas Secas* e *Memórias do cárcere*. Ligado pelo elemento *mimético* exposto por Auerbach. O mimético, verossímil – passível de testemunhar a memória individual ao mesmo tempo que comunica a memória histórica – é a construção muito bem elaborada de uma narrativa que dissolve o tempo, traduzido em uma linguagem assentada e rente à situação suplicante do preso político e do sertanejo, ambos, pela sua condição, presos pelo signo da espera: um a imaginar a soltura do cativo e o outro a imaginar uma vida melhor, mesmo que esse melhor seja ainda com muita pobreza (fruto de seu horizonte de mundo). Dito de outra

maneira, a esperança parindo um tempo a afogá-los.

As duas condições, mesmo diametralmente opostas, com sujeitos incrivelmente diferentes, Fabiano e Graciliano Ramos, são aproximados pela língua árida das duas condições, com o mesmo esforço de refúgio no pensamento, que obstante, também é prisão.

## GRACILIANO RAMOS E A DÉCADA DE 30

Em 1936, Graciliano Ramos foi posto em prisão, acusado de ter ligações com a intentona comunista de novembro de 1935. Sem processo formal, sem julgamento, foi levado de Maceió para o Rio de Janeiro, onde passa dez meses cativo da ditadura de Getúlio Vargas, sendo posto em liberdade apenas em 1937. Dez anos depois, Graciliano Ramos começa a redigir um livro contendo suas memórias sobre o período no cárcere. Embora seja um livro de memórias (mesmo desgostando-lhe de fazê-lo)<sup>5</sup>, calcado em uma realidade concreta, movida pela história "grande e real", para falarmos como Auerbach<sup>6</sup>, Graciliano Ramos não deixa de lançar mão de artifícios literários para compor sua narrativa. Por tal razão podemos dizer, sem qualquer constrangimento que *Memórias do cárcere* é uma obra de arte. O alagoano morre em 1953 sem dar um fim ao livro – ao menos um fim no sentido de uma exposição narrativa de sua saída da prisão.

A história da humanidade está repleta de lacunas, seja por conta do esquecimento das testemunhas que viram ou viveram acontecimentos históricos e não o registraram, ou por conta de nunca terem encontrado audiência que lhes dessem ouvidos. Há também o problema da perda material, registros testemunhais que se foram com o tempo, não chegando até nós, dando-nos um efeito de lacuna na história. Essas lacunas podem fazer com que um determinado passado pareça sem memória. Há também memórias registradas, arquivadas, muito bem documentadas, e que, no entanto, parecem esquecidas.

Esse efeito pode se dar por uma hipertrofia de eventos circundantes, como por exemplo, dois regimes de exceção em um mesmo país separados por pouco mais de duas décadas. Como bem observou Ângela de Castro Gomes (GOMES, 2012), a memória da ditadura do governo Vargas foi sufocada pela memória da ditadura militar dos governos de 1964-1985. Não se trata de competição, verificar qual das duas ditaduras foi mais cruel, apenas apontar que quando falamos de governo de Getúlio Vargas, as ações ditatoriais desaparecem frente ao desenvolvimento econômico, a grande aceitação popular, a melhora de vida de alguns setores das camadas baixas da sociedade, o fortalecimento do Estado e a contenção do liberalismo. A memória coletiva

que ficou registrada de Vargas é uma positiva.

Lembramo-nos com tanta convicção e asco dos anos de chumbo que caímos em um esquecimento seletivo. Esse tipo de esquecimento sufoca, quando não manda para o desterro, testemunhos preciosos para o preenchimento de “lacunas” históricas. Graciliano Ramos, como dissemos, foi vítima da ditadura de Vargas, e deixou um excelente testemunho que é, também, uma obra literária. Os abalos e disputas ideológicas do contexto da década de 30 influenciaram sem dúvida nas letras do alagoano, que, àquela altura, não se sentia afeito a nenhuma ideologia, e refugiava-se no espaço do seu pensamento, fazendo-se um excelente observador.

Qual a conjuntura do Brasil em que o velho Graça vivia? Recuemos para a proclamação da República para ficar mais visível o enquadramento de nossa análise.

Em 1889 o Brasil torna-se república e duas forças políticas atuam no cenário da proclamação: elites regionais preocupadas com interesses regionais e que almejavam uma república pouco centralizada, de poder central pulverizado. A outra força era a de uma república centralizada, preocupada com a configuração de uma unidade nacional. Até o governo de Floriano Peixoto (1891-1894), conhecida como República da Espada, o molde de um governo centralizador, autoritário e militar, imperou. Logo com a saída do governo militar, instaura-se a chamada Política dos Governadores, ou seja, o governo central apoiava os governos estaduais desde que estes apoiassem o Congresso, garantindo a famosa política do café com leite – São Paulo e Minas Gerais alternando-se na presidência do Brasil. Nesse sentido ainda reinava uma política oligárquica dos estados, com os poderes locais com grande autonomia.

Com o rompimento da aliança que havia entre Minas Gerais e São Paulo, ocorre o golpe de 1930, e Getúlio Vargas chega ao poder, estendendo-se nele até 1945. A década de 30, em muitos países, como Itália, Alemanha, Portugal e Espanha, é marcado pelo recrudescimento de teorias que almejam um Estado forte e centralizador, antipáticos ao federalismo e ao liberalismo, principalmente por conta da quebra da bolsa de 1929 e a dissolução das esperanças liberais. Está posto o panorama para o surgimento de ditaduras e o Brasil é um dentre os países contemplados com essa triste fortuna. Ao nível micro, Graciliano Ramos é uma das muitas vítimas do regime de exceção.

Esse período histórico também é marcado por profundas transformações em diversas esferas, entre elas a literária. Questões que serão caras a Graciliano e sua geração foram introduzidas na literatura por José Américo de Almeida, em 1928, com *A bagaceira*. O modernismo literário já não passava por apenas uma rua, a do Ouvidor, tal como era no tempo dos parnasianos. (FAUSTO, 2007, p. 540).

Antonio Candido escreveu que a revolução de 1930 foi um eixo e um catalisador para a cultura, um marco histórico, gerando um clima de divisão, ou seja, para os que presenciaram os acontecimentos de 1930, a sensação era um antes e de um depois.<sup>7</sup> A transformação foi em várias esferas da sociedade, desde alteração na produção editorial até no modelo de educação. Na literatura, por sua vez, afetou a manifestação formal da escrita. (CANDIDO, 1984, p. 30)

As mudanças na esfera cultural podem também ser sentidas na produção historiográfica do período. Durante a década de 1930, o Estado Novo buscou a *recuperação do passado nacional brasileiro*, incentivando uma série de políticas institucionais, destinado à conformação e divulgação de normas e valores de identidade da nacionalidade, a saber, uma política pública cultural. Era um espaço de representação da nacionalidade que tem na leitura e valorização do passado sua chave-mestra. (GOMES, 1998, p. 122).

Desde a proclamação da república, o Brasil é sacudido por um intenso borbulhar ideológico, somado às disputas políticas. Em apenas 40 anos de república o país já havia assistido a nove revoltas. A proclamação se fez, mas a república nunca se efetivou. Nicolau Sevcenko, em *Literatura como missão*, soube, de forma magistral, lastrear nas obras literárias de Euclides de Cunha e Lima Barreto a crítica que os dois autores, em esferas geográficas distintas – um a falar do nordeste e o outro do Rio de Janeiro – desferiam ao apontarem o não encontro do Estado e da Nação. (SEVCENKO, 2013) O governo e o povo não conviviam, não dialogavam. Esse apartamento deu a feição do Brasil das oligarquias regionais, do coronelismo, do voto do cabresto. Somente na década de 30, Getúlio Vargas tentará unir as duas esferas – da forma mais sombria e autoritária possível. Esse é o Brasil que Graciliano Ramos advém: uma sociedade em profunda mudança.

## MEMÓRIA HISTÓRICA

A memória tem uma função substancial na vida dos sujeitos e dos conjuntos sociais. Não é de se espantar que as sociedades, instituições e poderes estabelecidos sempre buscaram formas de preservar a memória para a posteridade. Portugal, por exemplo, criou a Torre do Tombo no século XIV e colocou célebres cronistas, como Fernão Lopes e Gomes Eanes de Zurara, como guardas-mores de seu acervo. Sem contar os inúmeros cronistas financiados pela coroa lusa, ao longo de toda idade moderna, para escrever a história da nação.

Como bem apontou François Dosse, por muito tempo a história foi identificada com a memória. Na França, por exemplo, a simbiose entre a constituição

da própria história/memória do poder político com os dispositivos que os mosteiros implantaram para descrever os fundamentos de sua história, contribuíram para forjar a narrativa das origens da França. (DOSSE, 2012, p. 266). A historiografia monárquica utilizou-se dessa história/memória como ferramenta de legitimação. Ao longo dos séculos, a apropriação da memória do passado da França ganhou contornos conforme as circunstâncias históricas.

A problemática da memória coletiva, aponta Paul Ricoeur, é uma questão tardia, já que para os antigos a questão da memória era uma problemática da subjetividade de feição francamente egológica. Com o surgimento das ciências sociais essa questão ganha a feição do coletivo. (RICOEUR, 2007, p. 106). Um dos principais teóricos sobre a memória coletiva foi Maurice Halbwachs.

Como já dito anteriormente, a memória teve estreitas relações com a história e Halbwachs foi um dos principais estudiosos a ler história como memória coletiva. Para o sociólogo francês, a memória é fragmentada e relaciona-se à vivência, que tem o tempo dos acontecimentos históricos apenas como marcações, uma forma para se situar, a exemplo disso, são os calendários e o relógio. A memória está também associada a tudo que flutua, e onde está acaba, a história começa. A história seria, então, uma, e se constituiria em um saber abstrato e importante para reconstituir um passado que está fora da dimensão da vivência. (DOSSE, 2012, p. 284). A saber, para Halbwachs, as primeiras lembranças do sujeito são as compartilhadas, é na sociedade, no conjunto que ocorre a definição da rememoração, como, por exemplo, a sala de aula que produz um deslocamento de pontos de vista da memória. Para Halbwachs não nos lembramos sozinhos. (RICOEUR, 2007, p. 131).

Mas como bem notou François Dosse há grandes impasses sobre a verdade associados à memória e à história. (DOSSE, 2012, p.290). Nunca devemos tomar uma pela outra, mesmo as memórias muito bem estabelecidas na *kulturellen Wissensvorrat und Symbolhaushalt Strukturiert*, (ASSMAN, 1995, p.131) nunca devemos tomá-la como verdade acabada, absoluta e transcendente.

Nesse sentido, de um espaço de propagação de uma memória comum, vale notar que o governo Vargas buscou a manutenção da memória do Brasil – como já dito anteriormente. Ângela de Castro Gomes, apoiando-se em Jacques Je Goff e Bernard Guenée, escreveu a respeito da cultura histórica do Estado Novo. A cultura história entendida por ela difere do conhecimento/saber histórico. A autora também assinala a possibilidade da existência de várias culturas históricas convivendo e disputando espaço.

A cultura histórica, analisada por Ângela de Castro Gomes, vincula-se fortemente a políticas públicas de regimes que investem em sua legitimidade,

“mobilizando com destaque valores culturais da sociedade, neles inclusos os que se referem a uma herança, tradição e passado histórico comuns.” (GOMES, 1998, p. 123). Ou seja, a cultura histórica é dimensão estratégica da cultura política. “Portanto, podemos considerar que, em certos períodos específicos, a presença e o impacto sociais da ‘cultura histórica’ e do conhecimento histórico podem ser crescentes, mas também podem ocorrer disjunções, sempre explicáveis por razões próprias a cada conjuntura nacional específica.” (GOMES, 1998, p. 123). Ou seja, o Estado Novo desenvolveu um projeto ideológico do regime e efetuou amplamente uma certa visão do passado. (GOMES, 1998, p. 124).

Não vamos esmiuçar os pormenores dessa construção, primeiro porque Ângela de Castro Gomes já o fez, e segundo porque o que nos interessa, referente ao dito acima, é mostrar que a memória ao longo do tempo teve seu caráter não só individual e subjetivo, mas também foi importante para a construção de uma visão do passada para os conjuntos sociais. Esmiuçar a memória não é nosso objetivo aqui.

Voltando àquilo proferido por nós anteriormente, a memória coletiva do período Vargas entrou na esteira de uma memória positiva, o saber constituído sobre os acontecimentos e até a premissa de uma ditadura são esquecidas quando se fala em Estado Novo. E é aqui que entra o testemunho de Graciliano Ramos.

Paul Ricoeur, em seu livro *A Memória, a história, o esquecimento*, reconstituiu o percurso na filosofia ocidental dos estudos e meditações sobre memória individual, no âmbito da fenomenologia. Embora a memória individual esteja intrinsecamente relacionada com o testemunho, não iremos fazer uma constituição fenomenológica da memória de Graciliano Ramos pelos limites impostos da própria intenção do presente trabalho.

## O TESTEMUNHO

Paul Ricoeur afirma que o testemunho é a mutação que afeta a espacialidade e a temporalidade próprias da memória viva, seja coletiva como privada, a saber, um salto das *condições formais* ao conteúdo das coisas do passado, das condições de possibilidade ao processo efetivo da operação historiográfica. Partindo da memória declarada, passando pelo arquivo e pelos documentos, terminando na prova documental, o testemunho inaugura esse processo – que é epistemológico. (RICOEUR, 2007, p. 170).

Já a memória arquivada é o memento da inscrição. O testemunho possui diversas utilidades, sendo o arquivamento para a consulta de historiadores apenas um de seus usos. Testemunho, a nível epistemológico, se encontra na representação do

passado por narrativas, artifícios retóricos, colocação em imagens. Como a relação entre memória e testemunho é estreita, ela também fica sob o signo da veracidade. (RICOEUR, 2007, p. 170).

Por estar sob o signo da veracidade, o testemunho e a memória são assolados tanto pela confiança como pela suspeita. A atividade de testemunhar, capturada aquém da bifurcação entre seu uso judiciário e seu uso historiográfico, revela a mesma amplitude do *contar* e do *prometer*.<sup>8</sup>

Ricoeur fala do crédito que é outorgado à palavra de outrem faz do mundo social um mundo intersubjetivamente compartilhado. Leva o nome de senso comum esse compartilhamento. (RICOEUR, 2007, p. 175). A confiança na palavra de outrem reforça a similitude em humanidade dos membros da comunidade – uma reciprocidade de um sentimento de existir em meio a outros homens. A contestação da linguagem do outro, a desconfiança, faz brotar, de maneira trágica,

a solidão das “testemunhas históricas”, ou seja, os fatídicos acontecimentos traumáticos, que soam como excepcionais e cuja experiência extraordinária mostra como a capacidade de compreensão comum possui limitações. “Há testemunhas que jamais encontram a audiência capaz de escutá-las e entendê-las. (RICOEUR, 2007, p. 175).

A testemunha que escapa ou extrapola o circuito epistemológico descrito e analisado por Paul Ricoeur tem grandes chances de *prometer* a aqueles que lhe julguem carência de confiabilidade, ou verossimilhança. A palavra literária, a narrativa comumente chamada de “ficcional”, é a que mais sofre nessa esfera, afinal, uma literatura que se pretenda testemunhal, acaba por envolver questões de gênero, saberes e valores tencionando os limites entre estética e ética, verdade e ficção, entre realidade e representação. (SALGUEIRO, 2012, p. 291).

Nesse sentido, Fernando Kolleritz não poderia estar mais errado ao dizer que, por Graciliano se permitir recorrer a liberdades literárias, ou seja, artifícios da “ficção”, mesmo que sempre de forma remissiva, não conteria compromisso algum de realidade. (KOLLERITZ, 2004, p. 91). Kolleritz é historiador, treinado a duvidar e a contestar, pelo menos a duvidar e contestar aquilo que lhe convenha, e por tal motivo ele coloca a obra literária no hall da suspeita. O compromisso de Graciliano é mais firme do que se pode suspeitar: a verossimilhança entre representado e representante, a construção narrativa, o dilatamento temporal, a escolha minuciosa das palavras, tudo isso constitui o maior apreço com a “realidade” que Kolleritz fala.

A memória de fatos históricos, construída com o auxílio do testemunho, pode efetuar uma construção literária sem descartar o compromisso com a “realidade



objetiva". A liberdade de Graciliano Ramos é marcada justamente por ele não propor um ato fiel da realidade,<sup>9</sup> e isso não tira de suas obras a validade de comunicação e nem de memória.

### MEMÓRIAS DO CÁRCERE E VIDAS SECAS

Erich Auerbach, ao analisar as obras de Marcel Proust, Thomas Mann, James Joyce e Virginia Woolf, chama a atenção para alguns elementos que constituem os escritos desses autores: a representação consciente pluripessoal, a estratificação temporal, o relaxamento da conexão com os acontecimentos externos e a mudança da posição da qual se relata<sup>10</sup>. Ao voltar-se para o livro *To the lighthouse*, de Virginia Woolf, Auerbach aponta que os acontecimentos são internos e as palavras surgem de um espaço poético-sobrenatural. A narrativa está entrecortada por pulos da consciência e do tempo, algumas vezes indetermináveis e, assim, compostos por várias interrupções, onde cenários abandonados voltam a reaparecer como se nunca tivessem sido abandonados.

E como isso se dá em *Memórias do cárcere*? Primeiro que as palavras, em Graciliano Ramos, surgem de um espaço concreto e nada poético-sobrenatural como no caso de Woolf: o primeiro espaço que as palavras começam a ser tecidas é no contexto do estado de exceção do governo Vargas de 1936, depois na prisão sem um julgamento formal, fruto da Lei de Segurança Nacional, e por fim pelos múltiplos espaços físicos de aprisionamento por onde Graciliano Ramos andou. Todo esse percurso concreto de onde as palavras de autor brotam é o da ausência de humanidade e justiça, sendo importante para o testemunho.

No porão do navio Manaus, o marasmo, o cheiro de urina e sujeiras, um bando de sujeitos aglomerados juntos, viagem penosa em que Graciliano apenas fumava, mal comia e mal dormia. Parecia não haver refúgio. O ambiente propício para a ação nessas condições é o do pensamento. A ação fora da consciência não é sonogada propositalmente para destacar essa mesma consciência e o tempo dilatado, como acontece em *To the lighthouse* ou em *À la Recherche du temps perdu*, de Proust. A ação precisa acontecer, a memória precisa surgir e o tempo precisa ser esticado para que a sua situação de aprisionamento torne-se comunicável. O tempo nessas circunstâncias não pode ser se não um tempo dilatado, que precisa ser preenchido de alguma forma, e será preenchido (mas não só) com a preocupação e com pequenas afrontas sofridas por Graciliano.

O escritor alagoano relata que um negro dormia pelado próximo a ele, e passava muito tempo nu a coçar os testículos. De imediato, julga que o negro possuía

dartros, mas depois descarta a ideia. Ver a cena o incomodava, pensava em pedir que o sujeito tomasse vergonha. (RAMOS, 2015, p. 109). Injuriava-se, ódio surdo crescia, queria gritar injúrias pesadas, julgava a situação sórdida. Tudo ocorre em sua mente, com Graciliano deitado.

Há também o sujeito que lhe vende uma rede, mas Graciliano não possui a quantia exata, então entrega dinheiro a mais. O sujeito promete voltar com o troco mas desaparece. Isso também lhe remói a paciência, acaba com a sua calma. Na ausência de uma certeza de onde poderia aquele sujeito estar, fica imaginando-o espreitando pelos cantos, escondendo-se dele.

Em todo o período que viajava no Manaus essas duas afrontas ficam retornando para Graciliano, fazendo-o duas vezes prisioneiro: do governo e do tempo, os dois a aprisioná-lo no pensamento. Uma consciência que anda em círculos. Esse dupla condição fica evidente quando Graciliano escreve sobre sua atual situação

Ligeiras pausas, cochilos, nenhum meio de avaliar em que ponto da noite me achava. Os relógios me desagradam: em geral a marcha dos ponteiros, o tique-taque, a indicar a urgência de concluir um capítulo, me desarranjam o trabalho; assando, porém, no horrível forno, em vão tentava adivinhar, explorando os arredores, abrindo os ouvidos, o pingar lento dos minutos. Queimou-se o último fósforo. (RAMOS, 2015, p. 109).

Graciliano chega a duvidar se tudo não passava de delírio, “julgo na verdade que estive doído. Nessa loucura fria indivíduos e objetos diluíram-se, inconsistentes”. (RAMOS, 2015, p. 109). Quando seus fósforos acabam pede para o indivíduo que se encontra debaixo do jirau. Afundando nesse ambiente sórdido perde a certeza de quantas vezes havia pedido fósforos e nem mais lembrava-se quem havia dado-lhe fósforos para acender os cigarros. Essa situação o leva a julgar que sua pessoa incomodava – mais até que o negro que coçava os testículos. O porão era um local onde todos se importunavam. (RAMOS, 2015, p. 112). No final das contas, ele diz que apenas distinguiu “um braço escuro, cabeludos, grosso, um negro bestial, de focinho dormente, a coçar os escrotos.” (RAMOS, 2015, p. 113). Os acontecimentos expandem-se e depois recuam ao ponto da dúvida, e com eles o tempo, o pensamento e ação.

As ações descritas acima ocorrem com Graciliano quase imóvel no espaço físico; não há grandes alterações de sua fortuna, nem grandes viradas na peripécia. A imaginação trabalhando à serviço da sua triste condição é que produz os ritmos da ação. São ações dentro do pensamento e na memória que fazem a narrativa avançar, ao passo que comunicam a condição concreta dos sujeitos que ali se encontravam.

Outro ponto a ser observado é o soldado que lhe havia apontado a arma entre as costelas. Este também configura grande afronta, mas Graciliano impossibilitado de tomar ação fora da mente, debater-se com a figura autoritária ou até protestar para que fosse ouvido, fica por resigna-se ao em seu pensamento.

Em casos semelhantes nem nos deixa conhecer o perigo: experimentamos raiva fria e impotente, desejamos fugir à humilhação e nenhuma saída nos aparece. Temos de morder os beijos e baixar a cabeça, engolir a afronta. Nunca nos vimos assim entalados, ainda na véspera estávamos longe de supor que tal fato ocorresse. (RAMOS, 2015, p. 102-103).

Esse é um ponto de inflexão com *Vidas Secas*. Mas avancemos por partes. “Espera aí, paisano, gritou o amarelo.” É assim que o soldado amarelo chama Fabiano em *Vidas secas*. O desaforo sofrido por Fabiano começa antes, no jogo de trinta-e-um, mas é com essa fala que a peripécia do capítulo *Cadeia* se altera. É Fabiano um paisano, não é soldado, não é homem do governo, não está associado a nenhum grau dos poderes. Paisano aqui toma o sentido de homem comum, aquele que não é militar, em suma, paisano é aquilo que o soldado amarelo não é, é o seu oposto. O imperativo proferido pelo policial é uma marca de legitimação de sua conduta coercitiva (conduta coercitiva sofrida também pelo próprio Graciliano Ramos) – sou eu autoridade, você apenas civil, um paisano. Embora seja um imperativo simples, podemos tirar daqui um importante fio condutor que irá desembocar na representação dos poderes da década de 1930. Graciliano Ramos também era paisano, e quando o governo o disse para esperar, esperou. Fabiano esperou, foi preso e humilhado. Com Graciliano não foi diferente.

Tal como Fabiano, homem bruto, afeito ao trabalho duro do sertão, ignorante nas leis e nas normas formais do Estado, um homem que “dava-se bem com a ignorância” e que nem direito de saber não tinha, (RAMOS, 2002, p. 21) Graciliano, preso, alheio ao processo penal – não na mesma proporção que Fabiano – também estava sob o jugo da ignorância. No desconhecimento que possuía nos enxertos de 1935 (RAMOS, 2015, p.40), ou seja, nas mudanças na Constituição de 1934, sufocada pela Lei de Segurança Nacional, Graciliano julgava, àquela altura, que isso poderia render-lhe uma prisão por desconhecer as leis, e não por uma arbitrariedade do Estado.

Retomemos de início para a relação que queremos expor das duas obras, apareça.

Fabiano vai à feira da cidade comprar mantimentos: sal, farinha, feijão e rapaduras. Carregava enorme suspeita. Por ignorar as letras e os números, conjecturava

que todos os caixeiros furtavam no preço e na medida e Seu Inácio colocava água em tudo.

Na venda de seu Inácio foi chamado pelo soldado amarelo para jogar trinta-e-um. Não queria, gaguejou, mas dois fatores lhe fizeram ceder: sua ignorância e a farda da autoridade que lhe falava. A ausência de vocabulário para argumentar, igual o do Seu Tomas, sujeito que “votava”, desandou com sua capacidade de dialogar. A farda intimidava e “Fabiano sempre havia obedecido. Tinha muque e substância, mas pensava pouco, desejava pouco e obedecia”. (RAMOS, 2002, p. 27). Sem saída, segue o soldado amarelo, “que era autoridade e mandava.” (RAMOS, 2002, p. 27).

Na jogatina Fabiano perde o dinheiro que tinha para comprar os mantimentos, enfurece-se e sai da sala. É aí que o Soldado Amarelo diz “Espere aí, paisano”.

Apenas por um desaforo de não despedir-se Fabiano é escorraçado. Fabiano protesta e não é ouvido, então xinga a mãe do soldado amarelo. Apanha e é preso. Desorientado, Fabiano entra na cadeia, “ouviu sem compreender uma acusação medonha e não se defendeu.” (RAMOS, 2002, p.30) Nesse momento, já preso, ele começa a matutar sua situação descabida. Fabiano usa o momento da prisão para raciocinar sobre o que havia lhe acontecido.

Por que tinham feito aquilo? Era o que não podia saber. Pessoa de bons costumes, sim senhor, nunca fora preso. De repente um fuzuê sem motivo. Achava-se tão perturbado que nem acreditava naquela desgraça. Tinham-lhe caído todos em cima, de supetão, como uns condenados. Assim um homem não podia resistir. (RAMOS, 2002, p. 30).

Fabiano explora as possibilidades de um futuro do pretérito e postula que o soldado teria confundido-o com outro. Tenta afastar o sentimento de afronta; “apanhar do governo não é desfeita”, diziam os conhecidos que dormiam no tronco e aguentavam copo de boi. (RAMOS, 2002, p. 31).

Não se convencia de que o soldado amarelo fosse governo. “Governo, coisa distante e perfeita, não podia errar. O soldado amarelo estava ali perto, além da grade, era fraco e ruim, jogava na esteira com os matutos e provocava-os depois. O governo não devia consentir tão grande safadeza.” (RAMOS, 2002, p. 33). Essa constatação está carregada de fina ironia: quem acompanha a história sabe que Fabiano é inocente, que o desaforo não foi provocado por ele, que ali há abuso de autoridade – mas a construção narrativa, saída da cabeça de Fabiano, sujeito ignorante e preso, a pensar sobre sua situação, nos dá essa enunciação: Governo não erra, é coisa perfeita. No entanto, o governo acabava de errar, por duas vezes: na prisão sem processo de Fabiano e de Graciliano.

As mastigações mentais, o ruminar das ideias de Fabiano enquanto estava preso são parecidos com as do próprio Graciliano Ramos no cárcere, a clausura cerceia os movimentos físicos, sobrando apenas os movimentos mentais. Mesmo Fabiano, homem bruto, consegue engrossar o pensamento nessa situação.

Acontecimentos se misturavam, a injúria voltava, pensava na sinhá Vitoria, nos filhos, na cadela Baleia, Seu Tomás da bolandeira, acontecimentos passados retornam, ressurgem, desviam-lhe dos pensamentos da afronta, injuriava-se com sua condição de bruto, não saber falar lhe incomodava. A raiva do ocorrido retorna, queria atacar todos os soldados amarelos “que espancam as criaturas inofensivas.” (RAMOS, 2002, p. 36).

Em outro capítulo, Fabiano, já saído da cadeia, encontra com o soldado amarelo perdido. Minutos antes de ver o amarelo nas brenhas, Fabiano “não pensava em nada, mas agora suava frio e tinha lembranças insuportáveis.” (RAMOS, 2002, p. 102). Recorda o tempo todo a surra levada, a afronta sofrida.

O capítulo todo se passa em minutos, talvez até menos, e a maior parte da ação ocorre na memória, sempre recuando para ora lembrar da afronta, ora se resignar da afronta. Fabiano chega a imaginar outros cenários, futuros possíveis para a decisão que tomaria. Ao cabo, resolve-se não matar o Amarelo, assume para si mesmo “Governo é Governo.” E assim tira o chapéu de couro, curva-se e ensina o caminho ao policial perdido. (RAMOS, 2002, p. 107).

Vale notar que tanto no romance *Vidas Secas* como em *Memórias do Cárcere* não há relato da soltura: não é relatado nem como Graciliano e nem como Fabiano são libertos. Mas nos dois casos sabemos que eles sobreviveram ao cárcere e são soltos: Em *Vidas Secas* o capítulo citado anteriormente expressa que, na narrativa do romance, houve um depois da prisão, e em *Memórias do Cárcere* no início da obra Graciliano já enuncia a distância temporal que separa os fatos ocorridos e a escrita da mesma.

Difícil identificar nas duas obras os seus pontos altos, momento de maior fôlego e maior densidade narrativa, mas certamente uma passagem de *Memórias do Cárcere* é carregada de brilhantismo naquilo que nos interessa aqui. Trata-se de uma das meditações de Graciliano sobre as consequências da revolta de Natal de 1935:

É assim na minha terra, especialmente no sertão. Vivente espancado resiste: em falta de armas, utiliza unhas e dentes, abrevia o suplício e morre logo, pois, se sobreviver, estará perdido. Nunca mais o tomarão a sério. É possível que ele esqueça o chicote, precisa esquecer: cá fora tenta reaver os seus insignificantes direitos de cidadão comum. Os outros não esquecem. Aquilo é estigma indelével, tatuagem na alma.

Quando estiver desprezado, julgando-se normal e medíocre, um riso, um gesto, um olhar venenoso o chamarão à realidade, avivarão a lembrança do pelourinho, do rosto cuspidado, das costas retalhadas. Afinal aquele tratamento não foi infligido senão para isso. Indispensável aniquilar um inimigo da sociedade. Quem é ele? O assassino? Evidentemente não. Na minha terra uma vida representa escasso valor. A população cresce demais, a agricultura definha na terra magra. Eliminar um cristão significa afastar um concorrente aos produtos minguaados, em duros casos serve para restabelecer o equilíbrio necessário. Enfim, cedo ou tarde, a morte se daria; em última análise o matador foi instrumento da Providência. Por isso ele é tabu. Na cadeia da roça não o maltratam, e o júri sem dificuldade o absolve. O que passou passou, a condenação não ressuscita ninguém. O delito máximo é o que lesa a propriedade. Nesse ponto o fatalismo caboclo desaparece: não foi certamente Deus que mandou furtar, o ladrão é responsável. Está visto que não se punem os grandes atentados, mais ou menos legais, origem das fortunas indispensáveis à ordem, mas os pequenos delinquentes sangram nos interrogatórios bárbaros e nunca mais se reabilitam. Não me ocorrera a ideia de que prisioneiros políticos fossem tratados da mesma forma: a palavra oficial dizia o contrário, referia-se a doçura, e não me achava longe de admitir pelo menos parte disso. (RAMOS, 2015, p. 122).

Graciliano, vivente nordestino, denuncia aquilo que ele já havia denunciado em *Vidas Secas*: o sujeito no sertão está alheio ao processo penal, às justiças do mundo “civilizado”, suas vidas são ralas, não têm valor algum, são dispensados se necessário, ao contrário da propriedade privada, que para o deleite conservador tem o valor suficiente para que uma vida seja submetida a tudo aquilo que a aniquilaria: a humilhação da tortura. As justiças são apenas para aqueles associados ao poder; esse, por sua vez, está associado à propriedade privada. Entretanto, esses sujeitos, os pobres, os desvalidos, os desterrados em suas próprias terras, assim como a família de Fabiano e Sinhá Vitória, assim como toda gente nos cárceres, contrário a lógica, resistem – pode ser uma resistência física, uma resistência pelo esquecimento, mesmo que esse esquecimento seja apenas seu, mesmo que muitos outros não se esqueçam, como é o caso do próprio Graciliano e Fabiano. As reminiscências, nesses casos, são um tormento, voltam, diminuem os ritmos de vida do sujeito, ele enclausura-se novamente na memória, exila-se no pensamento, ruma sentimento, tudo o faz lembrar.<sup>11</sup>

É por demais óbvio a relação do personagem Fabiano com o cárcere da ditadura de Vargas. Mas ela lida ao lado de *Memórias do cárcere* sua amplitude é enorme: nas duas o espaço da ação é o pensamento. A ruminação interna das

personagens Fabiano e Graciliano (Graciliano como personagem de si mesmo) dá o caráter verossímil e a amplitude de memória histórica de uma época. Por ser uma obra literária ela não tem a necessidade formal da transmissão da história, portanto possui facilidade de se inserir na memória dos conjuntos sociais.

A obra está entrecortada por fluxos de pensamentos imaginativos, uma grande remessa de interlocuções internas que pensam um futuro possível, porém improvável. Esse pensamento narrado é justamente aquilo que somos, um eterno narrar para nós mesmos, desenvolvemos enredos, tramas, reviravoltas, num intenso diálogo que não cessa: o auditório somos nós, e o orador também. Graciliano Ramos é mestre nessa artimanha, conjura aquilo que é mais humano, as tramas narrativas do pensamento sem cair num subjetivismo recalitrante, daquele tipo de ação que ocorre apenas na mente e para a mente, que quando busca o mundo é trazido novamente para o pensamento, quase que apartado do mundo.

Graciliano consegue retratar como alguém naquela condição percebe o mundo, como um sujeito se enraíza nele. Esse espaço concreto retratado, Graciliano Ramos articula o tempo intratextual – relacionado ao tempo da memória, que é um tempo diferente do tempo físico, sem com isso deixar inverossímil esse mesmo tempo, pelo contrário, quanto mais o tempo intratextual dilata o tempo físico, de forma verossímil (mimética) ele comunica sua condição humana de encarcerado. Afinal, segundo a ótica de Graciliano Ramos, estar preso, privado de quase tudo, deixa ao indivíduo apenas o tempo, a afogá-lo.

A condição decadente e agonizante pode não encontrar audiência se não recorrer a elementos que pareçam inverossímeis. Graciliano, tanto em *Memórias do Cárcere* como em *Vidas Secas*, percebe que a melhor forma de testemunhar, fazer falar sua situação, é mostrar o aprisionamento da consciência, o pensamento sufocado pelo tempo que não anda, somando a isso os aspectos degradantes em que o sujeito vivia. Dito de outra forma: a ausência de ação fora do pensamento, devido à solidão, ao cerceamento do espaço físico e da privação da liberdade, dilata o tempo narrado e é aí que se encontra o elemento mimético.

## CONCLUSÃO

Graciliano e Fabiano são acossados pelo regime de exceção<sup>12</sup>. Graciliano tendo vivenciado, testemunhado tal regime e possuindo uma enorme capacidade para criação literária, consegue fazer a passagem da memória individual para a construção de uma memória histórica sem o auxílio das fundamentações formais do arquivamento.

Em *Memórias do cárcere*, Graciliano Ramos rememora não só um cenário

histórico da história do Brasil, mas vai se utilizar de elementos literários para o encadeamento lógico de sua narrativa. Elementos literários não constituem um problema de testemunho e nem sequer justificam suspeitas que tentem desacreditar esse mesmo testemunho. Primeiramente, o que o autor descreve é um trauma – tanto histórico como pessoal, portanto a abertura da memória traumatizada dá vazão à literatura como forma de fazer falar. Segundo que o livro *Memórias do Cárcere* não é só um testemunho arquivado, é também uma obra de arte, uma obra literária – ao nível de *Vidas Secas*. E, por fim, o que interessa ao leitor, e até mesmo ao historiador, não está na ordem do que é fictício ou o que é “real”, mas talvez o que esteja na ordem do comunicável, o que oriente uma visão comum de mundo.

Graciliano Ramos, enquanto um narrador que também é testemunha e que preza pela narrativa da interioridade – mas não só ela – quando assim o faz, narrando o fluxo contínuo de pensamento, em uma teia de memórias, onde uma lembrança puxa a outra, traz não só a sua história de vida no cárcere, mas como a memória histórica – uma memória histórica comunicada e lembrada, memória esquivada do esquecimento coletivo. Ele rememora memórias que teria tido durante determinados acontecimentos, e sendo essas divagações preenchidas por artifícios literários, ou elas próprias sejam artifícios, como já dissemos, podem ser entendido também como expressões do próprio ato do tempo do pensamento, pensamento enquanto o ato contínuo do diálogo consigo mesmo.

É com esse tempo dilatado que temos o elemento verossímil, o elemento mimético que corresponde exatamente àquele que está privado de liberdade. O tédio e angústia são sofrimentos difíceis de serem retratados, ou melhor, de convencer o interlocutor, e Graciliano Ramos consegue fazê-lo.

Mas haverá sempre o testemunho solidário, tal como fala Wilberth Salgueiro, ou seja, testemunhos de terceiros que reproduzem o dito testemunhado por outros. (SALGUEIRO, 2012, p. 299). E com certeza a literatura pode ser esse espaço, esse outro que acolhe aquilo que fica à espera de ser comunicado.

## NOTAS

<sup>1</sup> Mestrando em Estudos de Literatura pelo Programa de Pós Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). [luisalfredo\\_galeni@yahoo.com.br](mailto:luisalfredo_galeni@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Leopoldo Waizbort uma interessante exposição sobre a formação e os principais componentes das obras de Auerbach: o posfácio da obra *A novela no início do renascimento*. Itália e França. AUERBACH, Erich. *A novela no início do renascimento*. Itália e França. Tradução de Tercio Redondo. São Paulo, Cosac Naify, 2013.

<sup>3</sup> Aristóteles trata como imitação ou mimesis todas as artes que representam ou retratam as pessoas em ação e isso possui algo de natural no homem, pois para Aristóteles o ser



- humano é propenso à imitação, e é com essa imitação que se experimenta o prazer e desenvolve os primeiros conhecimentos. ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução de Edson Bini. 1ª edição. São Paulo: EDIPRO, 2014.
- <sup>4</sup> “A obra literária expõe uma realidade, inerente e interna a ela, convertida em linguagem e estilo, e revela assim o modo como os homens veem a si mesmos e seu mundo.” WAIZBORT, Leopoldo. Erich Auerbach e a condição humana. ALMEIDA, Jorge de e BADER, Wolfgang (orgs). *O pensamento alemão no século XX: grandes protagonistas e recepção no Brasil*, vol. I. São Paulo: Goethe-Institut: Cosac Naify, 2009. p. 126.
- <sup>5</sup> “Desgosta-me usar a primeira pessoa. Se se tratasse de ficção, bem: fala um sujeito mais ou menos imaginário; fora daí é desagradável adotar o pronomezinho irritante, embora se façam malabarismos por evitá-lo.” RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. 49ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2015. p. 15.
- <sup>6</sup> Os escritos de Stendhal “estão ligados ao político, sociológico e econômico da época muito mais estreita, essencial, consciente e concretamente do que, por exemplo, os escritos correspondentes de Rousseau ou Goethe. Sente-se que a história grande e real atacou Stendhal de forma muito diferente do que Rousseau ou Goethe.” AUERBACH, Erich. *Mimesis: A Representação da Realidade na Literatura Ocidental*. 6ª edição. São Paulo: PERSPECTIVA, 2013. p. 409.
- <sup>7</sup> “Um eixo em torno do qual girou de certo modo a cultura brasileira, catalisando elementos dispersos para dispô-los numa configuração nova.” CANDIDO, Antonio. *A revolução de 1930 e a cultura*. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 2, 4, 1984. p. 27.
- <sup>8</sup> “O arquivamento, do lado histórico, e o depoimento perante um tribunal, do lado judiciário, constituem usos determinados prescritos de um lado para a prova documental, do outro, para a emissão da sentença. O uso corrente na conversação comum preserva melhor os traços essenciais do ato de testemunhar que Dulong resume na seguinte definição: ‘Uma narrativa autobiográfica autenticada de um acontecimento passado, seja essa narrativa realizada em condições informais ou formais.’” RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François. Campinas: Unicamp, 2007. p. 172.
- <sup>9</sup> “O autor não propõe absolutamente que a testemunha dê um salto para o discurso da imaginação; mas legitima um modo livre, nada ortodoxo, de tratar o fluxo da memória.” p. BOSI, Alfredo. *A escrita do testemunho em Memórias do Cárcere*. *Estudos Avançados USP*. v. 9, 1995. p. 320.
- <sup>10</sup> Toda a análise encontra-se no capítulo 20, denominado Meia Marrom. AUERBACH, Erich. *Mimesis: A Representação da Realidade na Literatura Ocidental*. 6ª edição. São Paulo: PERSPECTIVA, 2013.
- <sup>11</sup> Duas observações podem ser feitas aqui. 1) Embora não seja nosso enfoque a obra completa de Graciliano, é pertinente apontar que essa característica pode ser sentida na obra *Infância*, *São Bernardo e Angústia*, uma pesquisa minuciosa e de fôlego poderia mostrar como o tempo intratextual, subjetivo, calcado nas forças externas, conjecturando a todo instante é uma marca forte na obra de Graciliano. 2) Essa passagem nos remete de imediato à *Levantado do Chão* de José Saramago: não pelo seu teor estilístico ao nível formal, pois os dois autores estão diametralmente opostos nesse quesito, o ponto de ligação está na ironia melancólica na construção da crítica da propriedade privada e no apartamento daqueles que não fazem parte do circuito dos poderes estabelecidos. Uma análise demonstrando isso entre os dois autores também seria interessante, pois as duas obras, infelizmente, ainda

são contemporâneas aos problemas do século XXI.

- <sup>12</sup> “E era possível que já nos tivessem julgado e cumpríssemos pena, sem saber. Suprimiam-nos assim todos os direitos, os últimos vestígios deles. Desconhecíamos até o foro que nos sentenciava.” RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. 49. Ed. São Paulo: Record, 2015. p. 68.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Jorge de e BADER, Wolfgang (orgs). *O pensamento alemão no século XX: grandes protagonistas e recepção no Brasil*, vol. I. São Paulo: Goethe-Institut: Cosac Naify, 2009.
- ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução de Edson Bini. 1ª edição. São Paulo: EDIPRO, 2014.
- ASSMANN, Jan. *Kollektives Gedächtnis und kulturelle Identität*, in: Jan Assmann, Tonio Hölscher (Hrsg.), *Kultur und Gedächtnis*. Suhrkamp, Frankfurt a. M. 1988. p. 9-19.
- \_\_\_\_\_. *Collective memory and Cultural identity*: Translated by John Czaplicka. *New German Critique*. n. 65, Cultural History/Cultural Studies, 1995. p. 125-133.
- AUERBACH, Erich. *Mimesis: A Representação da Realidade na Literatura Ocidental*. 6ª edição. São Paulo: PERSPECTIVA, 2013.
- \_\_\_\_\_. *A novela no início do renascimento. Itália e França*. Tradução de Tercio Redondo. São Paulo, Cosac Naify, 2013.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (orgs.). *Era Vargas: Desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora UNESP, 2012.
- BOSI, Alfredo. *A escrita do testemunho em Memórias do Cárcere*. Estudos Avançados USP v. 9, p. 309-322, 1995.
- CANDIDO, Antonio. *A revolução de 1930 e a cultura*. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, v. 2, 4, p. 27-36, 1984.
- DOSSE, François. *A história*. Tradução Roberto Leal Ferreira. 1ª edição. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- FAUSTO, Boris, et al. *História Geral da Civilização Brasileira: economia e cultura*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand, 2007. v. 11. t. 3.
- GOMES, Ângela de Castro. *A 'cultura histórica' do Estado Novo*. Projeto História, n.16, p. 121-142, 1998.
- KOLLERITZ, Fernando. *Testemunho, juízo político e história*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 24, n.48, p. 73-100, 2004.
- RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*. 84ª edição. Record: São Paulo, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Memórias do cárcere*. 49. Ed. São Paulo: Record, 2015.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François. Campinas: Unicamp, 2007.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras. 2013.

WAIZBORT, Leopoldo. *Erich Auerbach sociólogo*. Tempo Social, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 61-91, 2004.